



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

pcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Brockmeier, Jens; Harré, Rom

Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 3, 2003, pp. 525-535

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816311>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Narrativa: Problemas e Promessas de um Paradigma Alternativo

Jens Brockmeier¹

New School University New York/Freie Universität Berlin

Rom Harré

Georgetown University Washington, DC/Linacre College Oxford

Resumo

O aumento de interesse no estudo da narrativa e seu contexto social sugere a emergência de outro caminho entre o positivista e um melhor refinamento da metodologia interpretativa nas ciências humanas. O problema é que os padrões dinâmicos do comportamento humano parece estar mais próximo de uma solução através dos estudos de narrativa do que até mesmo de abordagens bem conhecidas, como a utilização do modelo de regras e papéis. Neste artigo, algumas das qualidades que fizeram do estudo da narrativa uma abordagem produtiva. Procuramos definir a narrativa e diferenciá-la de outros padrões de discurso, tendo como base estudos sócio-psicolinguísticos, filosóficos e literários. Além disso, também podemos identificar algumas dificuldades teóricas e possíveis riscos dos quais os estudiosos da narrativa devem estar cientes. Finalmente, esboçamos uma compreensão da narrativa que objetiva levar em conta sua condição de contexto e seu caráter aberto e transitório.

Palavras-chave: Narrativa; discurso; psicolinguística; métodos qualitativos; psicologia discursiva.

Narrative: Problems and Promises of an Alternative Paradigm

Abstract

The increasing interest in the study of narrative and its social contexts suggests the emergence of another path between the positivist paradigm and a further refinement of interpretive methodology in the human sciences. The problem is that the dynamic patterns of human behavior seems to be nearer to a solution through studies of narrative than to well-known approaches as the use of the role-rule model or script theory. In this paper we will look at some qualities that have made the study of narrative such a productive approach. In doing so, we shall define the notion of narrative and distinguish it from other patterns of discourse, drawing on socio- and psycholinguistics as well as on literary and philosophical studies. In addition, we can also identify some theoretical difficulties and possible dangers of which, we believe, one should be aware. Finally, we will outline an understanding of narrative that aims to take into account its embeddedness and its transitory character.

Keywords: Narrative; discourse; psycholinguistics; qualitative methods; discursive psychology.

Em pouco mais de uma década, a narrativa tornou-se o objeto de interesse de um grande número de novas investigações. Muitas delas estão de acordo com a visão segundo a qual não se trata apenas de um novo objeto de investigação, como as estórias que as crianças contam, discussões em festas e jantares em diferentes ambientes sociais, relatos de doença e de viagens ao exterior, autobiografias, as rotóricas da ciência. Trata-se então de uma

virada discursiva e narrativa, que, nas ciências humanas, deve ser resultado de transformações tectônicas mais profundas no campo cultural do conhecimento, que mudam o modo de conceber o conhecimento (*episteme*) mode

mesmo de abordagens bem conhecidas, como a utilização do modelo de regras e papéis. Iremos aqui analisar algumas das qualidades que fizeram do estudo da narrativa uma abordagem tão produtiva. Ao fazer isto, será preciso definir, e isto significa diferenciar, a noção de narrativa com relação a outros padrões de discurso, tendo como base estudos sócio-psicolinguísticos e literários, no sentido de desenvolver uma narratologia psicológica. Nossa objetivo seguinte será identificar algumas dificuldades teóricas e possíveis riscos para os quais nós acreditamos que os estudiosos da narrativa devam estar atentos. Finalmente, apresentaremos uma compreensão da narrativa que pretende levar em conta sua condição particular de um discurso contextualizado e, dessa maneira, seu caráter aberto e transitório.

A origem do interesse pela narrativa nas ciências humanas parece ser a “descoberta”, na década de 1980, de que a forma de estória, tanto oral quanto escrita, constitui um parâmetro lingüístico, psicológico, cultural e filosófico fundamental para nossa tentativa de explicar a natureza e as condições de nossa existência (Bakhtin, 1981, 1986; Bauman, 1986; Britton & Pellegrini, 1990; Bruner, 1986, 1990; Mitchell, 1981; Nelson, 1989; Ricoeur, 1981, 1984/1985; Sarbin, 1986; Schafer, 1989). É justamente a integração íntima desses posicionamentos relativos à interpretação que oferece o entendimento e a criação dos significados que encontramos em nossas formas de vida. Em particular, com relação a questões referentes à vida humana, é sobretudo através da narrativa que compreendemos os textos e contextos mais amplos, diferenciados e mais complexos de nossa experiência. É essencialmente esta noção que tem sido generalizada e ampliada assim como especificada em um largo espectro de investigações, que incluem estudos sobre as formas pelas quais organizamos nossas memórias, intenções, estórias de vida e os ideais de nosso *self*, ou nossas “identidades pessoais”, em padrões narrativos.

O Conceito de Narrativa

Assim como no caso do conceito de discurso, o uso do

focalizaremos o uso da linguagem para *pr*
Retórica de Aristóteles (1959).

Unidades de Discurso

A organização lingüística de diferentes tipos de discurso tem sido objeto de interesse para diversos estudos de investigação, variando desde aquelas que falam de sistemas fonológicos até as que analisam os aspectos semânticos, pragmáticos, lógicos e estéticos. Muitas maneiras diferentes de selecionar e organizar a linguagem vem sendo utilizadas: o significado, as expressões, sentenças, atos de fala, conversacionais de discurso, todos têm sido estudados. A lógica dos nomes, proposições, metáforas e metáforas têm sido investigadas. Entretanto, nenhuma das opções implícitas em todas essas análises serve para definir o nível de estrutura no qual os poderes de significação de um discurso possam ser vistos como fundamentais para uma interpretação totalmente satisfatória. Ao contrário, com base em estudos que demonstraram, a análise desses poderes de significação não pode ser feita sem levar em conta a referência aos aspectos narratológicos da narrativa e a cognição dos discursos persuasivos.

Espécies Narrativas

O que faz de um discurso uma estória, ou seja, uma narrativa, como uma condição necessária, deve haver uma estruturação que evolua ao longo do tempo, com uma variedade de tipos de discurso satisfatória para diferentes condições. As espécies do gênero narrativa são surpreendentemente variadas e multiformes, de tipos populares, análises evolutivas, fábulas, mitos, justificativas de ação, memoriais, conselhos, entre outros, e por diante.

Os gêneros e formas dos textos narrativos são inumeráveis. No entanto, existem enunciados que possuem características em comum, quer se trate de diálogos, estórias verídicas ou literárias, discursos escritos. Em seu sentido mais corrente e comum, a narrativa é um discurso que

O Geral e o Particular

Apesar das narrativas tratarem de versões da realidade muito específicas à situação e ao sujeito, elas se utilizam de formas lingüísticas convencionais tais como gêneros, estruturas de enredo, linhas de estória e diferentes modalidades retóricas. Assim sendo, a estória, seus interlocutores (aqueles que falam e os que ouvem) e a situação em que a própria estória é contada, tudo isso se relaciona a uma base histórico-cultural de produção. Em outras palavras, nosso repertório local de formas narrativas é entrelaçado a um cenário cultural mais amplo de ordens discursivas fundamentais, que determinam quem conta qual estória, quando, onde e para quem. Existiriam formas pan-culturais que definem uma modalidade geral de formas de vida humana? Essa não parece ser uma hipótese muito absurda, mas tal questão precisa ser apreciada por estudos comparativos mais amplos. O que é verdadeiro é que todas as culturas das quais temos conhecimento são culturas contadoras de estórias.

As Categorias Genéricas de Narrativa e Discurso

No ponto em que estamos, devemos especificar as duas noções principais aqui utilizadas: narrativa e discurso. A categoria mais geral da produção lingüística é o discurso. Os seres humanos se comunicam através de diversos meios, incluindo o verbal. Tipicamente, a comunicação verbal ocorre de maneira simultânea e não independente de outras atividades materiais e simbólicas, e, é nesse sentido que denominamos a produção lingüística (entendida como resultado e como processo) como sendo *discurso*. Falar, escrever, ouvir e assim por diante são sempre, conforme nos disse Wittgenstein (1953), aspectos indissociáveis dos jogos de linguagem, das práticas concretas colocadas em ação através do uso das palavras.

Uma Taxonomia das Formas Discursivas

Consideraremos a narrativa como um tipo específico de discurso. Segundo esse conceito, nós estabelecemos vários tipos de narrativas, que podem ser:

discursos incluiria as atividades de conversação e outras formas de contar novas e velhas versões (verde - adaptadas locais); atividades cognitivas (de entendimento; atividades expressivas e a produção e recepção de 'textos' (em um sentido lingüístico e semântico); narrativa.

De uma forma sistemática, os discursos incluem mitos, contos populares, histórias reais e fictícias e certos textos históricos, filosóficos e científicos. Cada categoria, no entanto, por exemplo, nem todos os textos de um gênero - alguns são análises de conceitos, que encaixá-los às práticas de contar histórias, por exemplo, incluem estórias que empregam as formas de prosa ou poesia.

No entanto, existe uma enorme variedade de gêneros mistas, porque as narrativas são sempre de - ou como - poesia, épicas, teatro, música, filme, balé e diferentes formas de mídia visual. Mais uma vez, cada uma dessas categorias tem suas espécies. No nível do romance, por exemplo, existem gêneros tais como romântico, de aventura, de ficção científica e o *Bildungsroman* (um termo usado para caracterizar um amplo gênero que abrange o desenvolvimento ao longo da vida). Esses gêneros são estruturados de maneira que se desenvolve no tempo.

O *Bildungsroman*

É interessante notar como o *Bildungsroman* é um importante gênero na narrativa europeia. Por exemplo, para identificar os principais gêneros de desenvolvimento pelos quais a humanidade, a cultura ocidental (e, mais tarde, o terceiro mundo, etc.) deve passar, é necessário dizer que o gênero de

podemos colocar a noção de espécie, ou seja, listas organizadas pelo tamanho das entidades listadas, ou por suas localizações nos diversos compartimentos das prateleiras de um supermercado, ou (o que é mais importante para o nosso estudo do discurso ambiental) listas de espécies classificadas pelo grau em que estas se encontram em situação de risco de extinção. Tal lista pode não significar apenas parte de uma estrutura narrativa mais ampla, mas também implicar ou evocar a própria narrativa, tal como a estória dramática das extinções ambientais que ocorreram em consequência das atividades humanas.

Existem muitas outras maneiras de estabelecer uma taxonomia dos tipos de discurso narrativo, alguns relacionados a estudos literários outros na sócio-psicolinguística e na história. No alvorecer do paradigma narrativo ou textual na história (Berkhofer, 1997), existe, por exemplo, várias sugestões para distinguir os diferentes tipos, formas ou gêneros da narrativa histórica (ou narrativa da história). White (1987) e Cronon (1992), por exemplo, fizeram uma distinção entre “crônicas” e “narrativas”, entre uma simples listagem de eventos e discursos históricos realizados de acordo com linhas orientadoras específicas. Distinguir as narrativas das listas, crônicas, enumerações e deduções é apenas uma forma de classificar discursos que tem demonstrado ser útil para o exame dos poderes persuasivos e dos problemas das variadas formas de discurso ambiental.

Dificuldades de Definição

Apesar da classificação aparentemente bem ordenada que apresentamos anteriormente, existem pelo menos quatro razões pelas quais não é tão fácil delinear um limite preciso para o significado de *narrativa*.

Primeiramente, as formas e os estilos da narrativa são, conforme visto, muito variados e multicoloridos. Sua fenomenologia cultural é espantosamente diversificada e aberta. Em segundo lugar, existem elementos ou estruturas da narrativa presentes na maioria dos outros tipos de discurso, tais como os textos científicos, jurídicos, históricos ou

sua apresentação escrita ou oral. Isso não é interessante.

Para demonstrar as diversas relações entre o conteúdo em tais híbridos, examinemos *Lycidas*, de Milton (Patrides, 1961). Essa passagem mostra muito bem que a linguagem poética tem recursos especiais para definir e criar estruturas narrativas através de aspectos visuais.

No *Lycidas* de Milton (Patrides, numerológico do poema (pela contagio marcado pela longa linha central 102. Co apontou, não se trata de coincidência que de todo o poema também se refira ao para da topografia do cenário da estória. Em vários poemas de seu tempo e tendo em tradição iconográfica, *Lycidas* apresenta a suprema e triunfal neste ponto. Traça a "sagrada" de *Lycidas*: "Built in th' eclipse, a dark" (Patrides, 1961, p. 5). Conseguindo a organização do poema em sua segunda metade em sua ordenação espacial, uma imagem de organização na primeira parte. A primeira parte prossegue com a "cabeça sagrada", no entanto, ao invés de continuar em direção é agora trazida às profundezas através de "sunk so low that sacred head of thine", Patrides.

Através de várias outras maneiras, os trabalhos desse mesmo período exibem a temática central. Dessa forma, uma definição sugestiva, visual e espacial poéticas, uma “façanha arquitetônica”, (1970, p. 179) denominou. Essa mistura de narrativa, da poesia, da imaginação visual e espacial é particularmente interessante para Ela ilustra o caráter histórico e variável da estrutura narrativa. Na poesia narrativa moderno, o padrão e outras estruturas formais retratam o perfil visual (porém estático) da paisagem, que é sempre o fundo da narrativa.

segundo a qual os gêneros são eternamente estáveis, padrões naturais aos quais o discurso e as narrativas particulares devem se adaptar, deve ser colocada em questão. Existe uma analogia entre a lingüística, particularmente os gêneros literários, e os padrões biológicos da “mente”. A idéia de gêneros eternos – que remonta à Aristóteles – foi colocada em questão no século XIX, enquanto a noção de permanência e estabilidade das espécies orgânicas estava sendo questionada. Seria interessante explorar a conexão que parece existir entre a História Natural de Darwin, a geologia histórica e o advento da filologia histórica e os estudos literários comparativos.

A Quem Pertence a Autoria da Voz?

Uma terceira dificuldade em delinear um limite preciso para o significado de narrativa está ligada à questão da definição das autorias. Estórias, conforme afirmamos, não acontecem simplesmente, elas são contadas. No entanto, nem sempre fica claro quem é e onde está a pessoa que conta a história. Algumas vezes, o narrador é uma só pessoa, que domina a audiência da mesma forma como é determinada por ela e pela situação em que a narrativa acontece. Outras vezes, o conto é criado conjuntamente ou cooperativamente como demonstraram, por exemplo: Middleton e Edwards (1990) no estudo das lembranças coletivas; Pontecorvo e Fasulo (1999) em sua pesquisa sobre conversações em um jantar em família; Edwards (1999) no discurso da emoção; Nelson (1996) e Fivush (1994) ao investigarem a origem dialógica das histórias autobiográficas sobre a infância. Para Bakhtin (1981, 1986), cada estória e cada palavra é “polifônica”, seu significado é determinado por incontáveis contextos em que foi previamente utilizada. Bakhtin chamou isso de “princípio dialógico” do discurso, sua interindividualidade inerente: cada palavra, enunciado ou narrativa carrega consigo os traços de todos os sujeitos, possíveis e reais, que já empregaram tal palavra, enunciado ou narrativa.

Conforme este e outros estudos similares demonstraram, as narracões não podem ser consideradas como uma invención

Mas, como essas vozes estão nelas podem ser identificadas? Pois a grande autoridade pela qual a visão da realidade é normalmente grande parte dessa realidade, para suprimir ou ignorar as vozes (Cronon, 1992). A extensão na qual os públicos podem ignorar vozes a única linha de estória foi revelada em um estudo sobre as linhas de estória utilizados nas escolas e universidades História Mundial. Esses textos em formato de narrativa de “desenvolvimento triunfal”, e excluem outras formas de mitos (as narrativas das culturas indígenas são os mitos *Navajo* sobre a origem da vida), que se baseiam em temas ecológicos, nos quais o limite entre o transcendido. De acordo com estória formam uma ordem social e cultural presente em tais estórias. Assim, as linhas de estórias teleológicas de “progresso” e de “desenvolvimento” dos mitos *Navajo* perderam tudo o que é particular do ponto de vista mítico.

A Onipresença das Linhas de Organizadores do Discurso

Existe uma quarta razão pela qual é difícil propor uma definição exata de narrativa. Ela refere ainda a um outro aspecto da narrativa. Uma vez que crescemos em meio a estórias típicas de nossa linguagem, a infância, e o utilizamos de forma natural, como usamos a linguagem em geral, como se “transparente”. Como todos os seres humanos, ele é universalmente presente em todos os que fazemos, pensamos e imaginamos.

como proposições e significado (como concebem os filósofos) têm sido desde o início uma árdua tarefa. Palavras, sentenças, proposições e significados são categorias impostas. Elas não possuem nada além de uma indefinida existência teórica. Do ponto de vista do discurso (o que significa aqui “linguagem em uso”), não existe algo como uma sentença isolada ou uma proposição. Entretanto, ao ser investigada, essas sombras metalingüísticas assumiram uma existência estável e “real”. Suas categorias, conforme foram concebidas, materializaram-se em seres reais. Harris denominou essa ontologia como uma “ilusão metalingüística”.

Parece-nos que existe uma concepção do discurso narrativo que implica no mesmo risco, a saber, o de se embarcar em um processo similar de transubstanciação, transformando uma categoria metalingüística em uma entidade aparentemente real. Desse modo, a forma, o gênero ou o tipo de discurso da narrativa – que é, estritamente falando, nada além de uma categoria metalingüística – podem ser retificados e transformados em um tipo de categoria ontológica.

Para certos propósitos, isolamos uma estória destacando um enredo e delimitando-o de acordo com um gênero particular. No entanto, a identificação da estória, assim como os indicadores do enredo e do gênero podem ser simples reflexos um do outro. A mesma extensão do discurso pode ser dividida em diversas outras formas, sendo que em algumas delas a estória não encontra lugar. Tal crença de que realmente existe ali uma estória, esperando para ser descoberta, independente da construção analítica e do processo narrativo fundamental, é aqui denominada como *falácia ontológica*.

A Narrativa como Descrição: A Falácia Representacional

Intimamente ligado à falácia ontológica está o engano em se supor que existe uma e apenas uma realidade humana à qual todas as narrativas devem, por fim, se reportar. Essa crença talvez seja proveniente do delineamento muito

particularmente quando se trata de concepções humanas. Nós denominamos a concepção subjacente e verdadeira realidade humana pela descrição narrativa como a *falácia* repre-

No entanto, devemos manter em mente que o número de estórias diferentes a serem contadas sobre esses complexos assuntos humanos, tais como a construção de uma vida. Como é bastante discutível a natureza autobiográfica, uma estória de vida geralmente é uma coleção de diversas estórias de vida que, além disso, se sucedem ao longo do curso da vida. É uma falácia pensar que existem várias narrativas (auto)biográficas diferentes, no sentido de que algumas são “verdadeiras” e outras “não” ou “menos” verdadeiras”. A idéia de uma narrativa é que existe um tipo de graduação entre a verdade, desde a verdadeira estória, fundada em fatos documentados, até a estória falsa e distorcida, baseada em mentiras e enganos pessoais. A narrativa é considerada como algum tipo de critério documental, através do qual a verdade ou a falsidade da narrativa deve ser julgada. Se houvesse uma narrativa que fosse realmente vivida por alguém, como é o caso da narrativa de Saramago sobre a sua vida, ela certamente não seria considerada uma narrativa porque tudo o que se passa em uma vida é uma narrativa da mesma vida. Viver é atribuir significado à narrativa, o processo de construção de significado, visto como o centro da vida humana.

A Narrativa como Realidade Discursiva

Certamente, os dois problemas que são intimamente ligados. O primeiro tendência de afirmar a categoria metalínguística esta a falácia ontológica. O segundo em tratar a narração como representação tradução. A falácia representacional ou como a falácia ontológica, podem ser vista de uma mesma moeda, no sentido em que a existência de um nível subjacente é afixada a nível superior. Assim, é

A investigação, pois, não visa detectar modos de representação de alguma coisa que existe “lá fora” no mundo (como um realismo ingênuo nos faria pensar) e não busca, tampouco, descobrir qualquer estado de coisas pré-discursivo ou pré-narrativo, escondido ou reprimido, um tipo de ontologia fundamental – tal como pretende a narrativa psicanalítica, por exemplo (ver Brockmeier, 1997).

Seguindo ao mesmo tempo o alerta feito por Wittgenstein (1953) e Vygotsky (1934/1987) sobre o fato de que a linguagem pode ser entendida como um tipo de transformação, ou mesmo de tradução de significados pré-lingüísticos em palavras e sentenças, as narrativas não devem ser concebidas como a apresentação de uma versão externa de entidades mentais particulares, pairando em um tipo de condição pré-semiótica. Apresentar algo como uma narrativa não significa externalizar algum tipo de realidade interna nem oferecer uma delimitação lingüística para essa tal realidade. Ao contrário, narrativas são formas inerentes em nosso modo de alcançar conhecimentos que estruturam a experiência do mundo e de nós mesmos. Em outras palavras, a ordem discursiva através da qual nós tecemos nosso universo de experiências emerge apenas como um *modus operandi* do próprio processo narrativo. Ou seja, estamos lidando primariamente não com um modo de representação, mas com um modo específico de construção e constituição da realidade, como Bruner (1991) apontou. A fim de estudar esse modo de construção, nós devemos examinar cuidadosamente as maneiras pelas quais as pessoas tentam dar sentido às suas experiências. Elas o fazem, entre outras formas, narrando-as. Então, como essas pessoas dão contorno ou definição às suas intenções, desejos e medos? Como elas chegam a lidar com tensões, contradições, conflitos e dificuldades? A questão, pois, não é como as pessoas usam a narrativa como meio tendo a finalidade de relatar, mas, sim, quais são as situações concretas e as condições nas quais elas contam estórias e dessa forma, implicitamente, definem o que vem a ser a narrativa.

condição de existência. Talvez as categorias narratológicas fun

Se examinarmos como as práticas narrar (além de *estória*, *mito*, *conto* e, se estudarmos as práticas contais conceitos começam a parecer mais prescritivos. Em nosso campo narratológico e narrativo geral prescrição condensada ou coletiva, alguém deve proceder em suas práticas, tais como comparar, classificar, e assim por diante. Isso de organizar as experiências, em ordem discursiva. A narrativa, é muito comumente utilizada para designar uma representação narrativa deveria antes ser considerada de um conjunto de instruções, uma variedade de práticas coletivas, sentido às experiências, promovendo desculpas e justificativas e assim por diante. Uma entidade lingüística e cognitiva, narrativa deve ser tratada como uma regras, englobando aquilo que é comum a uma certa cultura.

Nessa perspectiva, então, não é só o repertório especial de instruções que deve e o que não deve ser feito. A individual deve ser integrada a um contexto culturalmente estabelecido. Logos de atos de fala como uma narrativa, uma certa variedade de funções. “O que é narrativa” é uma questão. “Em que medida a narrativa consiste em outra. Ambas as questões estão relacionadas, como podemos ver, de autobiografias. O impulso de narrar raramente é uma necessidade social, mas registrar os fatos da vida.

do desenvolvimento do personagem. Em nossa opinião, a habilidade de contar estórias não se define, de modo algum, dessa maneira. Não se dá instruções específicas aos mais jovens sobre como contar uma estória. Ao invés disso, eles são envolvidos, desde a infância, por estórias pelas quais eles parecem ter um gosto ilimitado, não apenas pelos contos em si mesmos, mas por sua infinita repetição. Se as estórias guiam a vida, o que guia as estórias? Logo, há dois problemas para se enfrentar. Ou serão eles apenas um? Será que contar estórias acerca de um episódio da vida é semelhante a contar qualquer outro episódio, mesmo que questões referentes a sua gênese precisem ser abordadas? Precisamos refletir se contar uma vida e viver uma vida é essencialmente a mesma coisa (Freeman, 1993). Talvez nós entenderemos “vida” e “estória de vida” como intrinsecamente interligadas em uma contínua produção de significado e sentido (Brockmeier, 1999).

Isso sugere que duas teorias intimamente relacionadas, sobre como a ordem é criada na vida social através delimitações relativas ao enredo, não ajudarão no entendimento da eficácia das estórias. Essas são a teoria de *script* (Schank & Abelson, 1975) e a teoria de regras e papéis (*role-rule theory*, Harré & Secord, 1972). Ambas presumem um tipo de abstração de padrões a partir das experiências que são, assim, eficazes ao orientar a ação, tais como livros de etiqueta, instruções, e assim por diante, como por exemplo guias abertos para se produzir a seqüência correta de ações, quer se trate de uma cerimônia ou de ações necessárias para se construir um móvel. Nos dois casos, há uma clara aplicação de um modelo específico, no qual a ação é orientada por uma atenção explícita ao discurso instrutivo. Nos casos em que as pessoas vivem sua vida de uma maneira ordenada, essas teorias presumem que existe um manual de instruções encoberto, mas nenhuma delas oferece uma explicação de como a conformidade com aquele manual é alcançada. Isto não pode ser realizado através do monitoramento consciente da ação do sujeito à luz das instruções porque, por hipótese, não existe nem monitoramento, nem atenção à regra ou ao

expressar e apresentar o seu ponto de vista. Se um contador de estórias não tiver devidamente das convenções, os ouvintes irão de ouvir, zombar, corrigir o contador e assim por diante. Seguir corretamente as convenções mantém os ouvintes. A mera repetição levará a um desastre. Portanto, o contador de estórias deverá combinar a arte de combinar o tradicional e o novo, o uso e o padronizado e sua ruptura.

Em síntese, o problema da eficácia não é só uma abordagem narratológica e no novo para a Psicologia em geral. O problema da relação entre viver uma vida é muito próximo da questão das convenções culturais e a ordem social em que vivemos.

Algumas Virtudes Especiais da Narratologia para a Compreensão da Vida

Estruturas Transitórias

Para delimitar o que nos parece serem as virtudes fundamentais ao se estudar a narrativa, iremos considerar duas qualidades especiais da prática da narrativa. Primeiro, a narrativa é uma estrutura particularmente flexível que nos permite avaliar precisamente a natureza da experiência humana, sua abertura para o mundo, tradicionalmente negligenciadas pelas ciências. No nosso próprio trabalho, viemos a reconhecer que, além das estruturas narrativas, mas também descrevendo as estruturas, seus constituintes e elementos, como enredo, linha de estória, ponto de vista, e assim por diante, podem ser tudo, menos formas fixas e rígidas. Ao contrário, elas aparecem como estruturas abertas e adaptáveis que mudam sua organização e suas características em seu contexto discursivo e social. A função social e estética (principalmente o modelo de desenvolvimento da narrativa) é, portanto, a de

que assumem pelas exigências da situação em que ocorrem. Ao invés de conceber narrações como entidades cognitivas, lingüísticas, metalingüísticas ou ontológicas, sugerimos aqui considerá-las como *modus operandi* de práticas específicas de discurso. O termo narrativa designa uma variedade de formas inerentes em nossos processos de alcançar conhecimento, estruturar a ação e ordenar as experiências. Para estudar a narrativa, devemos, então, examinar tais práticas discursivas, seus textos culturais e seus contextos.

De acordo com essa visão, a narrativa tem por característica essencial ser um guia destacadamente sensível à fluida e variável realidade humana, uma vez que essa é, em parte, a natureza da própria narrativa. Isso torna a narrativa uma importante questão a ser investigada pelas ciências humanas em geral e pelas pesquisas na Psicologia e na Antropologia em particular. O estudo da narrativa nos convida a repensar toda a questão da natureza Heraclitiana da experiência humana, porque funciona como uma estrutura aberta e maleável, que nos permite conceber uma realidade em constante transformação e constante reconstrução. Isso inclui a opção de dar ordem e coerência às experiências da condição humana fundamentalmente instável e alterar tal ordem e coerência à medida que nossa experiência – ou os seus significados – se transformam.

A Narrativa como Modelo

Isso nos leva à segunda qualidade específica que destaca a forma narrativa no estudo do discurso, à qual queremos dar especial atenção. Ao invés de constituir-se em uma entidade ontológica ou um modelo representacional, a narrativa, conforme argumentamos, funciona como um modelo especialmente flexível. Um modelo, em termos gerais, é uma analogia. Ele relaciona o desconhecido ao conhecido. Ele é utilizado para explicar (ou interpretar) um conjunto de fenômenos, fazendo referências a um conjunto de “regras” (ou esquemas, estruturas, *scripts*, moldes, similares, metáforas, alegorias etc) que de uma forma ou outra envolvem um conhecimento generalizado. Nós ressaltamos

que permanecerá como um problema. Entretanto, a razão para essa exceção, na particular paixão dos antropólogos pela literatura, relaciona-se com o fato de que as ciências humanas deveriam reconhecer que o conhecimento sobre o discurso e sua interpretação se baseia na longa tradição dos estudos teóricos pelos teóricos da lingüística e da antropologia literários e pelos semióticos da cultura. É a extraordinária influência que Hirschkopf & Shephard (1986) relativas aos discursos populares, em quais ele desenvolveu suas ideias de polifônica e de múltiplas vozes culturais, a Psicologia e a Educação (Hirschkopf & Shephard, 1989; Vaz, 1990).

Existe ainda uma outra e talvez mais surpreendente maneira de a narrativa parecer se encontrar em uma nova perspectiva. A narrativa, tornando-a um campo de estudo para a Filosofia, a Psicologia e a Antropologia, pode ser vista como uma literatura, como todas as artes, pode ser vista como um laboratório no qual as teorias podem ser imaginadas e testadas. A narrativa pode ser relacionada à visão de narrativa do mundo. A fim de ilustrar essa ideia, podemos recorrer a uma experiência experimental de mundos fictícios que Eco (1994) descreveu em Harvard. Eco argumentou que a narrativa é baseado, de forma parasitária, no mundo real, em que o mundo fictício adota as regras do mundo real. Assim, quando entramos em um mundo fictício, podemos nos sentir como se estivéssemos no mundo real, e nos imaginarmos vagando pelas montanhas no campo, ou andando de bicicleta. Na narrativa, nos comportamos nesse mundo fictício, como se estivéssemos no mundo real; e assim o fazemos, porque a narrativa é apenas de um modelo narrativo. Kafka relata que um de seus fãs, o escritor Samsa, “acordou de manhã e se deparou com o fato de que sua esposa havia desaparecido” (Kafka, 1992, p. 10).

Eco (1994) demonstrou que os leitores ou ouvintes de uma estória fictícia precisam conhecer várias coisas sobre o mundo real para poderem assumi-lo como o fundamento correto para o mundo fictício. Eles permanecem com um pé no mundo de fato e o outro no universo narrativo do discurso. Esta é, portanto, exatamente a maneira como funciona o modelo.

Por um lado, na medida em que nos conta a estória de apenas alguns poucos personagens, geralmente em tempo e espaço bem definidos, um universo fictício pode ser visto como um pequeno mundo infinitamente mais limitado que o mundo de fato. Por outro lado, na medida em que adiciona alguns indivíduos, propriedades e eventos ao conjunto do universo real (que serve como fundamento), pode-se considerar maior que o mundo de nossas experiências. A partir desse ponto de vista, o universo fictício não termina com a estória propriamente, mas se estende indefinidamente (Eco, 1994, p. 85).

Eco (1994) apresentou aquilo que, conforme acreditamos, é responsável pela qualidade laboratorial da ficção narrativa. Como ele apontou, mundos fictícios são conjugados ao mundo real, o mundo dos assuntos corriqueiros, “mas eles são consequentemente ‘pequenos mundos’ que singularizam a maioria de nossas competências do mundo real e nos permitem concentrar em um mundo finito, delimitado, muito similar ao nosso porém ontologicamente empobrecido” (p. 85). Entretanto, por não podermos vagar além de seus limites, somos levados a concentrar toda nossa atenção nesse modelo de mundo, explorando profundamente todas as suas variações possíveis e impossíveis.

Mundo Real e Mundo Possível

Vamos agora apresentar um último ponto, examinando esse caráter experimental da narrativa ainda sob outro enfoque. A literatura, diríamos, é um meio de exploração de ambos os mundos: o possível e o real. Ao mesmo tempo, ela nos permite recuar e estudar, por exemplo, o modo como exploramos, em geral, os fenômenos não familiares,

opção que Ítalo Calvino (1988) denominou leveza a que a imaginação narrativa pode impor o peso da realidade.

Uma das funções essenciais da narrativa é, portanto, subjetivar o mundo, conformando-o. Bakhtin (1981) formulou: abrir-nos para o hipotético, para as perspectivas reais e possíveis que constituem a realidade interpretativa (Brockmeier, 1996). Se finalizar, gostaríamos de enfatizar que a realidade que apresentamos não se direciona apenas para os literários de imaginação e fantasia como os romances, mas para a realidade ordinária – que representa a realidade comum. Ao contrário, aqui argumentamos, as narrativas exploratórias e experimentais da ficção são inextrinavelmente fundidas com a nossa realidade propriamente dita: com a realidade material de nossas ações, mentes e vidas. Ao que se refere ao que é definitivamente a função narrativa que presta ao mundo humano, é a de ligá-lo ao mundo humano com sua particular abertura e possibilidade, uma razão – talvez até mesmo uma razão para estudar as realidades narrativas deveria ser a qualidade de abertura presente na mente humana, no descobrimento das formas multifacetadas e culturais em que elas se realizam.

Referências

Aristotle (1959). *Ars rhetorica*. Oxford: Clarendon, W. Clarendon Press.

Bakhtin, M. (1981). *The dialogic imagination*. Holquist Associates, Inc.

Bakhtin, M. (1986). *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press.

Bamberg, M. (Org.) (1997a). Oral versions of personal experience: narrative analysis. *Journal of Narrative and Life Writing* 21(1).

Bamberg, M. (Org.) (1997b). *Narrative development: Six studies*. Erlbaum.

Bauman, R. (1986). *Story, performance, and event: Contextual studies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Berkhofer, R. F. Jr. (1997). *Beyond the great story: His life and times*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University.

Britton, B. K. & Pellegrini A. D. (Orgs.) (1990). *Narrative language*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

Cronon, W. (1992). A place for stories: Nature, history and narrative. *The Journal of American History*, March, 1347-1376.

Dunn, J. (1988). *The beginnings of social understanding*. Oxford: Blackwell.

Eco, U. (1994). *Six walks in the fictional woods*. Cambridge, MA & London: Harvard University Press.

Engel, S. (1995). *The stories children tell: Making sense of the narratives of childhood*. New York: Freeman.

Fivush, R. (1994). Constructing narrative, emotion, and self in parent-child conversations about the past. Em U. Neisser & R. Fivush (Orgs.), *The remembering self: Construction and accuracy in the self-narrative* (pp. 136-157). Cambridge: Cambridge University Press.

Fowler, A. (1970). "To Shepherd's ear": The form of Milton's *Lycidas*. Em A. Fowler (Org.), *Silent poetry* (pp. 170-184). London: Routledge and Kegan Paul.

Harré, R. & Secord, P. F. (1972). *The explanation of social behaviour*. Oxford: Blackwell.

Harré, R. & Van Langenhove, L. (1993). Positioning and autobiography: Telling your life. Em N. Coupland & J. Nussbaum (Orgs.), *Discourse and lifespan identity* (pp. 81-99). Newbury Park & London: Sage.

Harré, R. & Van Langenhove, L. (Orgs.) (1998). *Positioning theory: Moral contexts of intentional action*. Malden, MA: Blackwell.

Harré, R., Brockmeier, J. & Mühlhäusler, P. (1999). *Greenspeak: A study of environmental discourse*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.

Harris, R. (1996). *The language connection: Philosophy and Linguistics*. Bristol: Thoemmes Press.

Hinchman, L. P. & Hinchman, S. K. (Orgs.) (1997). *Memory, identity, community: The idea of narrative in the human sciences*. Albany, NY: State University of New York Press.

Hirschkop, K. & Shephard, D. (1989). *Bakhtin and cultural theory*. Manchester: Manchester University Press.

Hughes, J. A. (1995). Ecology and development as narrative themes of world history. *Environmental World Review*, Spring, 1-16.

Iser, W. (1991/1993). *The fictive and the imaginary: Charting literary anthropology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Kafka, F. (1995). *Metamorphosis, In the penal colony, and other stories* (J. Neugroschel, Trad.). New York: Schocken.

Middleton, D. & Edwards, D. (Orgs.) (1990). *Collective remembering*. London: Sage.

Miller, P. J. (1994). Narrative practices: construction. Em U. Neisser & R. Fivush (Orgs.), *The remembering self: Construction and accuracy in the self-narrative* (pp. 136-157). Cambridge: Cambridge University Press.

Mitchell, W. J. T. (Org.) (1981). *On narrative*. New York: Cambridge University Press.

Nelson, K. (1996). *Language in cognitive development*. New York: Cambridge University Press.

Nelson, K. (Org.) (1989). *Narratives from the mind*. New York: Cambridge University Press.

Patrides, C. A. (Org.) (1961). *Milton's Lycidas*. Winston.

Polkinghorne, D. (1987). *Narrative knowing*. SUNY Press.

Ricoeur, P. (1981). The narrative function. *The Human Sciences* (pp. 274-296). Cambridge: Cambridge University Press.

Ricoeur, P. (1984, 1985). *Narrative and time*. Chicago: Chicago Press.

Sarbin, T. R. (Org.) (1986). *Narrative psychology*. New York: Praeger.

Schafer, R. (1989). Narratives of the self. Em J. V. Wertsch & A. K. Spector Person (Orgs.), *Psychoanalysis and narrative* (pp. 167-187). New Haven: Yale University Press.

Schank, R. & Abelson, R. (1975). *Scripts, plans and knowledge*. Erlbaum.

Vygotsky, L. S. (1987). *Thinking and speech*. London: Harvester Wheatsheaf.

Wertsch, J. V. (1991). *Voices of the mind: A theory of narrative subjectivity*. London: Harvester Wheatsheaf.

White, H. (1987). *The content of the form: Narrative studies*. Baltimore & London: John Hopkins University Press.

Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell.